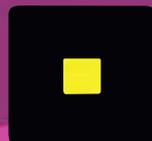


Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais  
Comissão de Orientação e Fiscalização (COF)  
Setor de Orientação e Fiscalização (SOF)

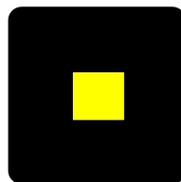
# MANUAL ELETRÔNICO DE ORIENTAÇÃO



CONSELHO  
REGIONAL DE  
PSICOLOGIA  
MINAS GERAIS

**Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais**  
Comissão de Orientação e Fiscalização (COF)  
Setor de Orientação e Fiscalização (SOF)

# **MANUAL ELETRÔNICO DE ORIENTAÇÃO**



CONSELHO  
REGIONAL DE  
PSICOLOGIA  
MINAS GERAIS

2024

© 2024, Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte.

Revisão ortográfica e gramatical: Debora Guiot - VISUAUDIO

Projeto e edição gráfica: VISUAUDIO Produções em Áudio e Vídeo

Formato Ebook: PDF

Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais

Rua Timbiras, 1.532, 6º e 11º andares, Lourdes

CEP: 30.140-061 – Belo Horizonte/MG

Telefone: (31) 2138-6767

[www.crpmg.org.br](http://www.crpmg.org.br) / [crp04crp04.org.br](http://crp04crp04.org.br)

M294 Manual eletrônico de orientação / Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG), Setor de Orientação e Fiscalização (SOE-MG), Comissão de Orientação e Fiscalização (COF). -- Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais, 2024.

74p. ; 1 PDF ; 1,3 MB

1. Psicologia - Brasil. I. Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG). II. Setor de Orientação e Fiscalização (SOE-MG). III. Comissão de Orientação e Fiscalização (COF).

CDD: 150

**Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais  
XVII Plenário (Gestão 2022- 2025)**

**DIRETORIA**

Suellen Ananda Fraga - Conselheira Diretora Presidenta  
Liliane Cristina Martins - Conselheira Diretora Vice- Presidenta  
Elizabeth de Lacerda Barbosa - Conselheira Diretora Tesoureira  
Paula Ângela de Figueiredo Paula - Conselheiro Diretor Secretário

**CONSELHEIRAS(OS)**

Alessandra Kelly Belmonte  
Ana Maria Prates da Silva e Silva  
Anderson Nazareno Matos  
Caroline de Souza  
Celso Francisco Tondin  
Cláudia Aline Carvalho Esposito  
Cristiane Santos de Souza Nogueira  
Daniel Caldeira de Melo  
Danty Dias Marchezane  
Délcio Fernando Guimarães Pereira  
Elizabeth de Lacerda Barbosa  
Elza Maria Gonçalves Lobosque  
Gab Almeida Moreira Lamounier  
Gabrielly Dolores Rios da Cunha  
Henrique Galhano Balieiro  
Hudson Bruno Cares Carajá  
Isabella Cristina Barral Faria Lima  
João Henrique Borges Bento  
Júnia Maria Campos Lara  
Liliane Cristina Martins  
Lorena Rodrigues de Sousa  
Lourdes Aparecida Machado  
Luís Henrique de Souza Cunha  
Márcio Rocha Damasceno  
Marleide Marques de Castro  
Paula Ângela de Figueiredo Paula  
Renata Ferreira Jardim de Miranda  
Suellen Ananda Fraga  
Ted Nobre Evangelista  
Wellington Eustáquio Ribeiro

**Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais**  
Comissão de Orientação e Fiscalização (COF)  
Setor de Orientação e Fiscalização (SOF)

**Revisão Geral:**

Flávia Santana da Silva (CRP- 04/7445)

**Revisão Técnica:**

Cláudia Regina Ferreira de Carvalho Dias (CRP- 04/14098)

Marcela Maria Borges Leite (CRP- 04/22843)

Vanessa Almeida Santana (CRP- 04/37717)

**Psicólogas Colaboradoras:**

Angelaine Alves dos Santos (CRP- 04/ 23891)

Maria Carolina Pires Batista (CRP- 04/49887)

Carolina Medeiros Braga (CRP- 04/ 25074)

Celina Andrade Alkimim Pinto (CRP- 04/21646)

Kesia Adriane Madeira (CRP- 04/ 50365)

Liziane Karla de Paula (CRP- 04/25636)

Marcela Goulart Fontes (CRP - 04/41658)

Marcone Silva Matos (CRP- 04/ 30703)

**Estagiárias Colaboradoras:**

Camila Ferreira Vieira de Rezende

Carolina A. Murta

Gisleide da Costa Santos

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Apresentação</b>	<b>7</b>
1.1	Recomendações para o uso do Manual Eletrônico de Orientação (MEO)	8
1.2	Psicologia, ciência e profissão - 60 anos de história	9
1.3	O Sistema Conselhos de Psicologia como mediador entre a categoria e a sociedade: interlocuções permanentes	10
1.4	A organização e funcionamento da “Orientação e Fiscalização” do CRP-MG: um trabalho em rede	12
1.5	A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) e o Setor de Orientação e Fiscalização (SOF)	13
<b>2</b>	<b>60 anos: “a Psicologia em todos os lugares!”</b>	<b>15</b>
2.1	Psicologia Escolar/ Educacional	16
2.2	Psicologia Organizacional e do Trabalho	19
2.3	Psicologia de Tráfego	20
2.3.1	Instituições de referência	22
2.4	Psicologia Jurídica	22
2.5	Psicologia Esportiva	24
2.6	Psicologia Clínica	26
2.7	Psicologia Hospitalar	27
2.8	Psicopedagogia	29
2.9	Psicomotricidade	29
2.10	Psicologia Social	30
2.11	Psicologia em Saúde	36
2.12	Avaliação Psicológica	39
2.12.1	Instituições de referência	42
2.13	Neuropsicologia	42
<b>3</b>	<b>Referências normativas para os diversos campos de atuação da(o) psicóloga(o)</b>	<b>43</b>
3.1	Resolução CFP 01/2009 e CFP 05/2010 que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos	44
3.2	Resolução CFP 06/2019 que institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP nº 15/1996, a Resolução CFP nº 07/2003 e a Resolução CFP nº 04/2019	45

3.3	Resolução CFP nº 3 de 2022 que institui condições para concessão e registro de psicóloga e psicólogo especialistas; reconhece as especialidades da psicologia e revoga as Resoluções CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007, nº 3, de 5 de fevereiro de 2016, e nº 8, de 25 de abril de 2019	45
3.4	Resolução CFP 11/2018 regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP nº 11/2012	46
<b>4</b>	<b>Psicologia e temas transversais</b>	<b>47</b>
4.1	Psicologia e direitos humanos	48
4.2	Psicologia, mulheres e questões de gênero	50
4.3	Psicologia e o público LGBTQIA+	53
4.4	Psicologia e criança e adolescente	54
4.5	Psicologia e questões de gênero e raça	58
4.6	Psicologia e saúde mental, álcool e outras drogas	61
4.7	Psicologia e ISTs	62
4.8	Psicologia e questões relativas à terra	63
4.9	Psicologia e diversidade religiosa	64
4.10	Psicologia nas emergências e desastres	65
4.11	Psicologia e a luta antimanicomial e a reforma psiquiátrica	67
4.12	Psicologia e prevenção e acolhimento frente ao suicídio	67
<b>5</b>	<b>Outras referências normativas</b>	<b>69</b>
5.1	Sobre Publicidade	70
5.2	Outros temas	70
<b>6</b>	<b>Fale Conosco - Contatos</b>	<b>71</b>
	<b>Referências</b>	<b>72</b>

# 1

# Apresentação

O CRP-MG, por meio da Comissão de Orientação e Fiscalização, apresenta as/ aos psicólogas (os) e sociedade em geral, o **Manual Eletrônico de Orientação (MEO)**, elaborado pelo Setor de Orientação e Fiscalização e que traz informações mais acessíveis sobre a prática profissional. O **MEO** pretende ser mais um recurso de orientação de forma eletrônica, indicando caminhos de fácil acesso, conteúdos, materiais e referências das diversas áreas da Psicologia, produzidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia. Assim, este Manual pretende trazer, de forma mais simples, autonomia e agilidade na busca de respostas às diversas questões que atravessam o fazer profissional. Inicialmente, traz como proposta, evidenciar a Psicologia em seu percurso histórico, inaugurando o marco de seus 60 anos (1962/2022), sua abrangência e consolidação como ciência e profissão, reafirmando seu compromisso social, bem como seus novos dispositivos de cuidado e seu alinhamento com as demandas mais contemporâneas. Ao mesmo tempo, localiza a função de Orientação e Fiscalização, específica dos Conselhos Regionais, implementada a partir da regulamentação da Psicologia (1971) e o seu desenvolvimento ao longo desse período histórico, tendo a ética e os direitos humanos como os norteadores deste processo. A expectativa com este manual, além de proporcionar um rápido acesso às informações referentes às mais diversas orientações do fazer da Psicologia, é compartilhar conceitos, saberes, experiências e histórias, construídas dentro do campo político representativo, mas que retratam o permanente diálogo institucional com todas/os aquelas/es que abraçam sua prática!

### 1.1 Recomendações para o uso do Manual Eletrônico de Orientação (MEO)

- O **Manual Eletrônico de Orientação (MEO)** pretende nortear psicólogas (os), na busca de informações para qualificar ainda mais o seu trabalho, disponibilizando orientações que possam auxiliar em diversas questões e dilemas éticos do cotidiano de sua prática.
- Como mais um dispositivo de orientação, o MEO pretende ainda favorecer a autonomia profissional, ao considerá-lo como uma ferramenta auxiliar ao exercício reflexivo e crítico, a partir do campo das experiências e associado às diretrizes normativas e legais, sobretudo referenciado ao Código de Ética Profissional.
- O **MEO** vem como um recurso eletrônico de orientação, moderno e de fácil acesso, que permitirá o contato direto com as principais referências normativas da psicologia, construídas ao longo de seu histórico de regulamentação pelo Sistema Conselhos de Psicologia, aproximando cada vez mais a categoria/ sociedade das

informações mais atualizadas e do constante processo de desenvolvimento e crescimento da profissão.

- O **MEO** pretende também reafirmar o espaço de diálogo com a categoria e a sociedade, prezando pela qualificação da prestação de serviço e pela valorização da profissão.

## 1.2 Psicologia, ciência e profissão - 60 anos de história

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, se desenvolveu como um novo campo de saber, traçando um longo percurso em sua história, sem desconsiderar a interface com outras áreas de conhecimento e práticas. Partindo de importantes estudos entre a sociologia, filosofia e a medicina, constituiu-se como uma nova práxis, introduzindo conceitos mais amplos e o compromisso de incorporar as dimensões culturais, sociais e subjetivas à compreensão do sujeito, enquanto ser ativo, criativo e transformador.

Assim, a Psicologia foi se firmando como um campo teórico bastante fértil, embora inicialmente institucionalizada, a partir da referência médico/psiquiátrica, ou marcada pela significativa inserção no âmbito acadêmico, despontando como disciplinas específicas de alguns cursos e ainda como linhas de pesquisas, mesmo antes de se tornar uma profissão regulamentada.

A regulamentação profissional nasce em meio a um contexto social de extrema violência e violações de direitos, período da ditadura militar no Brasil, que impõe à Psicologia o desafio de lidar com os efeitos políticos e econômicos que atravessavam os sujeitos e suas relações. Ao mesmo tempo, os interesses do capital no que se refere ao controle dos corpos, opressões sociais e culturais, se sobrepunham à prática profissional, exigindo uma postura crítica frente à construção inicial do campo clínico e demais atuação da (o) psicóloga (o). A luta pela liberdade de expressão junto ao reconhecimento de direitos se apresenta como uma prioridade e responsabilidade também para a psicologia, que se volta à construção de métodos e técnicas mais alinhadas às demandas individuais sem desconsiderar processos e contextos coletivos.

Somente com a regulamentação da Psicologia, como profissão no Brasil (Lei Federal 4.119 de 1962), e posteriormente com a criação do Sistema Conselhos de Psicologia (Lei 5.766 de 1971), que o fazer prático ganha um sentido orgânico, referenciado em critérios mais elaborados com base numa organização ético-política horizontal. O espaço inaugural de discussão democrática da profissão inaugura a construção do primeiro código de ética da Psicologia, delineando a orientação e fiscalização

do exercício profissional como uma função necessária e primordial a serviço da sociedade.

A Constituição Federal da República de 1988 trouxe os princípios fundantes para uma nova sociedade, no que se refere à cidadania e aos direitos econômicos, sociais e culturais, referendados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Reafirma-se aí a necessidade de mudanças na perspectiva sobre o humano, visando a redemocratização social e política e a valorização das liberdades individuais (CRP-SP, 2013).

Nesse contexto, o primeiro Código de Ética da Psicologia inclui uma releitura dos valores sociais e da promoção dos direitos humanos como espinha dorsal para a prática psicológica. No campo das políticas públicas a implementação de serviços e sistemas mais inclusivos, surge como resposta às diversas reivindicações dos movimentos sociais, principalmente quanto ao combate a tratamentos desumanizados de saúde mental, destacando a psicologia como protagonista na luta pelo acesso ao atendimento digno à saúde mental. Neste mesmo contexto, as reorganizações das políticas públicas passam a representar uma significativa conquista e ampliação dos direitos sociais, como novas formas de acolhimento das diversas enfermidades psíquicas, se abrindo também como novos campos de trabalho para a psicologia.

Tais marcos históricos passam a ser o norte pelo qual a ciência psicológica se desenvolveu. Na comemoração dos 60 anos como profissão regulamentada, muitos foram e são os desafios que atravessam o percurso da Psicologia como campo teórico, técnico e político, principalmente na valorização da profissão, na qualificação dos cursos de formação, no incentivo à pesquisa e na interlocução com outros campos de saber. Deste modo, a Psicologia sempre foi convocada a se (re) posicionar eticamente em relação às diversas questões sociais, como um campo de saber aliado na luta pela promoção e garantia dos direitos humanos.

### **1.3 O Sistema Conselhos de Psicologia como mediador entre categoria e sociedade: interlocuções permanentes**

No campo da “orientação e fiscalização” o Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs) promove o cuidado na relação que envolve a/o profissional e aqueles que acessam os diversos serviços da psicologia. A função maior, assumida pelo Sistema Conselhos de Psicologia, é estabelecer critérios e referências técnicas e éticas que assegurem a prestação de serviços de qualidade e os direitos das/os usuárias/os. Ao mesmo tempo, organiza a investigação necessária à valorização da profissão e abre espaços para o debate contínuo sobre a prática, os novos recursos e campos

de trabalho. No bojo dessa importante tarefa se impõe refletir em qual direção a Psicologia tem caminhado e caminhará para os próximos 60 anos.

É na ação de “orientar e fiscalizar” que se concentra a reafirmação da regulamentação profissional, estabelecendo a mediação entre o serviço prestado pela/o psicóloga/o e aquilo que a sociedade espera enquanto resposta às suas demandas. Para isso, vários recursos são disponibilizados e organizados, a fim de promover reflexões que possam auxiliar na melhor construção de uma prática, independente do campo de atuação profissional. Ainda sobre a regulamentação, o CFP, por meio do grupo de trabalho temático composto por especialistas das diversas áreas, procura disponibilizar os melhores recursos que possam auxiliar no desenvolvimento da prática profissional, e ainda realiza consultas públicas para participação da categoria em temas relevantes, também organizados por meio do Centro de Referência Técnica para atuação da psicologia nas políticas públicas (CREPOP).

Considerando a lógica de horizontalidade nas diversas contribuições disponibilizadas, vale destacar outro espaço de construção e debate específico que se concretiza por meio das Comissões de Orientação Temáticas e convidam a categoria para o debate específico de temas relevantes para a Psicologia, resultando na produção de novos conteúdos (cartilhas, revistas, folders). Quanto à participação e a construção democrática da profissão, esta se materializa nos Congressos Nacionais e Regionais de Psicologia (CNP e COREPs), momento de grande interlocução da categoria e de deliberação de propostas que vão orientar a gestão política durante o futuro triênio. A participação e o amplo espaço de debates coletivos têm se mostrado um caminho fértil para uma profissão que se preocupa com o futuro dos sujeitos e da sociedade e se compromete inteiramente com o cuidado em saúde mental, os direitos humanos, e a democracia.

Contudo, a Psicologia não se limita aos seus espaços internos de construção e proposições, por isso se coloca a serviço de outros coletivos da sociedade civil por meio da composição dos Conselhos Municipais de Direitos, do diálogo e parcerias com os movimentos sociais organizados, bem como na contribuição aos setores de governos e das políticas públicas. Nesse sentido, se mostra em constante movimento, buscando acompanhar os dilemas e demandas sociais, usando de sua expertise para construir, respostas que possam auxiliar de forma técnica e ética às necessidades da sociedade, sem distanciar da sua referência enquanto ciência e incentivando sempre a valorização da profissão.

## 1.4 A organização e funcionamento da “Orientação e Fiscalização” do CRP-MG: um trabalho em rede

A partir da Lei 4119/62, a orientação e fiscalização é apontada como uma das funções principais do Sistema Conselhos de Psicologia e tem como objetivo promover o desenvolvimento da profissão, pautada na promoção dos direitos humanos. A resolução CFP 10/2017 institui a Política de Orientação e Fiscalização, para ampliar, definir diretrizes e unificar procedimentos para o desenvolvimento daquela função em âmbito nacional, sem perder de vista as diferenças e peculiaridades de cada região do Brasil, onde estão implantadas as 24 unidades dos Conselhos Regionais de Psicologia.

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) é instituída em todos os regionais como uma estrutura permanente e responsável em cada gestão, para deliberar e executar as atividades de orientação e fiscalização e desenvolver este trabalho junto ao Setor de Orientação e Fiscalização e as demais Comissões Permanentes - Comissão de Orientação e Ética e Comissão de Direitos Humanos, além das Comissões Temáticas do CRP-MG. Tal organização traduz uma rede de trabalho em constante alinhamento com o grupo gestor de conselheiras/os que formam o plenário, sendo o grupo responsável por adotar as diretrizes apresentadas, a partir do Congresso Nacional de Psicologia (CNP) que serão definidas regionalmente por meio de um Planejamento Estratégico, a melhor forma de execução.

A consolidação do trabalho de Orientação e Fiscalização em Minas Gerais se deu a partir de uma reflexão coletiva, da equipe e da experimentação de um processo dialógico e preventivo, utilizando recursos que potencializam a forma de compartilhar orientações (presenciais e à distância). A adoção das tecnologias de informação e comunicação (TICs), síncronas e assíncronas, se concretizaram nos últimos cinco anos, se revelando como ferramentas de trabalho, econômicas, rápidas e de longo alcance. Atualmente, a atividade de orientação e fiscalização desenha um fluxo de trabalho que inicia com a demanda que é apresentada ao CRP-MG, em forma de dúvida, queixa, denúncia, dilema ético ou informações diversas, e terminando quando o/a psicóloga/o é capaz de levar todo o material discutido e as orientações recebidas para o seu campo de trabalho.

Para dar o devido tratamento às demandas recebidas, o setor de orientação e fiscalização privilegia o maior número de elementos para fundamentar a análise técnica e ética, e instruir os encaminhamentos a serem dados, sempre respeitando os fluxos já acordados. Evidenciada a questão-problema, verifica-se como esta está

localizada no campo do exercício profissional (objeto do CRP-MG), ou se aponta para a indícios de exercício ilegal da profissão (objeto do Ministério Público). Importante ainda identificar, junto ao demandante, qual a expectativa que se tem em relação ao trabalho de orientação e fiscalização - que pode ser diferente daquele que se pode alcançar após análise e definição de encaminhamento.

Por muitas vezes, a denúncia ao SOF poderá ter alguns desdobramentos, a saber: deliberação da COF para a execução de uma fiscalização (para melhor elucidação das questões apresentadas), assim como o encaminhamento do caso para análise e providências da Comissão de Ética (COE) em forma de representação ética. Isso ocorre quando se esgotam todos os recursos empregados no trabalho de orientação e fiscalização - pois a primeira abordagem é sempre a da “orientação”, sempre referenciada no Código de Ética, demais resoluções e normativas afins.

A representação ética (denúncia formalizada), por sua vez, pode ser encaminhada diretamente a COE - <https://crp04.org.br/orientacoes/fazer-uma-denuncia/> - sem passar pela Comissão de Orientação e Fiscalização, quando o denunciante apresenta questões identificadas de possíveis infrações éticas profissionais e que violam o Código de Ética. Por sua vez, toda a análise e condução dos processos no âmbito da COE será pautada nas diretrizes do Código de Processamento Disciplinar - Resolução CFP nº 11/2019 - <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-de-fiscalizacao-e-orientacao-n-11-2019-institui-o-codigo-de-processamento-disciplinar?origin=instituicao&q=11%202019>.

Todo o trabalho de orientação e fiscalização que tem o SOF como porta de entrada está articulado com as demais Comissões de Orientação Temática do CRP-MG e sempre endereçadas, quando necessário ao plenário, por meio da articulação da COF com os demais setores do CRP-MG. Assim, para desenvolver as atividades de orientação e fiscalização, conta-se com uma rede interna para auxiliar na qualificação das respostas à categoria!

### **1.5 A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) e o Setor de Orientação e Fiscalização (SOF)**

A COF e o SOF constituem, portanto, um coletivo formado por psicólogas (os), sendo elas/es conselheiras (os) indicados pelo plenário (COF), e psicólogas (os) fiscais, estagiárias de Psicologia, uma gerente técnica, além do assessor jurídico e uma assistente administrativa. (CRP-MG, 2019).

Dessa forma o trabalho da COF se organiza e é executado pela equipe de psicólogas/os fiscais, que prestam orientação a partir das referências do Código de Ética Profissional, demais resoluções e diretrizes (Federais e Regionais) além da Política de Orientação e Fiscalização.

Cada demanda recebida pelo SOF, seja por e-mail, telefone ou presencialmente, é tomada como uma possibilidade de reflexão junto a (o) profissional, sobre o seu lugar e o seu fazer, sem perder de vista o contexto de suas questões, reafirmando o caráter técnico e ético que tem como sentido não só uma ação orientava, mas também preventiva.

A COF, ao discutir e deliberar sobre as questões que envolvem as demandas da categoria e da sociedade, também propõe ações mais amplas para além da função institucional, considerando os vários desafios que estão colocados para a Psicologia enquanto ciência e profissão, desde a fragilidade na formação (graduação acadêmica e a formação continuada), o desconhecimento das normativas profissionais, o aparecimento de práticas não reconhecidas, até a precariedade nas condições de trabalho. Destaca-se como uma ação bastante exitosa a articulação com as instituições de Ensino Superior/IES, por meio das atividades desenvolvidas na articulação do projeto "O CRP pelo Campus", que propõe a interlocução e proximidade do CRP com o espaço acadêmico. Para marcar a passagem da graduação para atuação profissional, a COF realiza, de maneira conjunta, o primeiro contato institucional com as psicólogas agora habilitadas ao exercício profissional, por meio da reunião de orientação aos novos inscritos, momento de reafirmar a importância da aproximação da/o novo/a profissional com a estrutura ético-política de seu o Conselho de profissão.

Além do setor de orientação e fiscalização, toda a estrutura do CRP-MG se coloca à disposição da categoria e da sociedade por meio das discussões internas, no âmbito dos grupos de trabalho e das comissões temáticas, somadas às experiências extraídas das demais comissões permanentes, Direitos humanos, Comissão de Ética, Comissão de análise de Título de Especialista. A interlocução no trabalho da COF com as comissões temáticas e CREPOP tem o objetivo de buscar subsídios para uma discussão mais ampla e o encaminhamento das demandas mais complexas ou específicas. Quando as demandas retratam questões de ordem trabalhista, ou das relações institucionais dos diversos segmentos, conta ainda com a parceria estabelecida entre CRP e PSIND-MG (Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais), considerando a experiência específica e acumulada neste campo.

Todo o trabalho da COF junto ao Setor de Orientação e Fiscalização está ligado a um saber produzido no âmbito das discussões coletivas internas e externas, verificado na interlocução que se constrói para os diversos campos em que se insere a Psicologia, levando instrumentalização e uma proximidade às normativas, resoluções, notas orientativas, e referências técnicas, enfim a todo o trabalho de regulamentação que promove uma melhor oferta de serviços à sociedade.

# 2

**60 anos:  
“A Psicologia  
em todos os  
lugares!”**

Com o avanço da ciência psicológica ao longo de sua história, viu-se surgir novas áreas de conhecimento e que se abriram a um vasto campo para atuação profissional. Somado a este crescimento se impõe ainda mais o compromisso ético com a qualificação, seja no âmbito pessoal, teórico e técnico, considerando o princípio fundamental “da responsabilidade científica e profissional” (CEPP - RESOLUÇÃO CFP nº 10/ 2005), e o compromisso com uma melhor prestação de serviço, alicerçado na ética, na ciência e nos direitos humanos.

A partir da perspectiva de seu compromisso também social, a Psicologia ganha campos e atenção da sociedade para lugares antes pouco alcançados, principalmente em novos setores das políticas públicas, além de novos temas, áreas e públicos específicos. Toda essa ampliação surge como resposta às diversas mudanças no contexto social e ainda nas reivindicações e lutas dos movimentos sociais organizados. A Psicologia ganha então mais espaço de conhecimento, porém novos desafios para a profissão, exigindo a ampliação também nas pesquisas e constructos teóricos-técnicos, com o objetivo de qualificar o processo contínuo de reflexão crítica sobre o lugar e o fazer profissional, cada vez mais integrado à realidade política, econômica e social e o constante laço com os Direitos Humanos.

Dentro do cenário histórico, destacam-se também aqueles campos mais consolidados e que ganham, ao longo da experiência prática, a necessidade de revisão, as práticas emergentes (novas) e as especialidades em Psicologia, além daquelas mapeadas pelo CREPOP por meio das políticas públicas e das formas diversas de conhecer a prática da(o) psicóloga(o). Alguns novos temas de estudos da Psicologia refletem fenômenos sociais e atravessam diversos fazeres, sempre convocando a(o) psicóloga(o) a refletir e responder acerca de sua prática seja nas relações com a justiça, questões que envolvem as relações étnico-raciais e de gênero, nas emergências e desastres, entre outros.

## 2.1 Psicologia Escolar/ Educacional

A **Psicologia Escolar** se constitui como uma área de atuação profissional da Psicologia referente à educação e ao processo de ensino-aprendizagem em todas as modalidades do sistema educacional e processos formativos em espaços de educação não formal. O profissional que atua nesta área trabalha de modo interdisciplinar com equipes de instituições de ensino, analisa e propõe intervenções psicológicas em processos de ensino-aprendizagem, promove o desenvolvimento cognitivo e afetivo de discentes, contribuindo com a promoção dos processos de aprendizagem (RESOLUÇÃO CFP

23/2022). É esperado um fazer cuidadoso da Psicologia de observação e escuta dos modos e subjetividades que se manifestam nos sujeitos e grupos a partir dos desafios que emergem no contexto escolar/educacional.

Importante ressaltar que, recentemente, com a promulgação da Lei Nº 13.935/2019 que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica, a mesma veio ratificar e ampliar a importância da atuação da Psicologia na rede escolar e educacional, e que esta não se restringe apenas aos muros das escolas, mas debruçando-se sobre uma prática mais ampla, e que se incorpora à luta de uma educação democrática de qualidade para todos, que valoriza o trabalho da(o) professora(or) e se opõe, ativamente, aos processos de medicalização, patologização e judicialização, decorrentes do contexto escolar. Uma prática, em Psicologia, comprometida e responsável com as demandas sociais e políticas que se apresentam para o universo escolar.

## SAIBA MAIS

-  Práticas e Pesquisas em Psicologia e Educação: Experiências de Minas Gerais - Volume I
-  Práticas e Pesquisas em Psicologia e Educação: Experiências de Minas Gerais - Volume II
-  Novo Fundeb e o direito à Educação: o que a Psicologia e o Serviço Social têm a ver com isso?
-  Abertura e mesa - Psicologia no contexto escolar: práticas possíveis no cenário contemporâneo
-  Live: Psicologia, educação e saúde docente
-  Encontro Virtual - "Psicologia, Educação e Infâncias: compromissos e práticas"
-  Live - Os impactos do ensino remoto na saúde mental de crianças e adolescentes
-  Live - A Educação Especial no Brasil na perspectiva inclusiva

-  Ano da Psicologia na Educação – Textos Geradores
-  Psicologia Escolar: Que Fazer é Esse?
-  Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica
-  Psicólogas(os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: Orientações para
-  Regulamentação da Lei 13.935, de 2019
-  Revista Diálogos: a prática psicológica na pandemia, (ano 17, nº 12) - Capítulo: Educação e os desafios de evitar a evasão escolar em tempos de austeridade fiscal (pág. 34)
-  Revista Diálogos: Psicologia e Educação (ano 15, nº 11)
-  Subsídios para a campanha Não à Medicalização da Vida – Medicalização da Educação (CFP)
-  Recomendações de práticas não medicalizantes para profissionais e serviços de educação e saúde 2015: grupo de trabalho educação e saúde do fórum sobre medicalização da educação e saúde
-  Live: Diversidade e Relações Étnico-Raciais na Escola
-  Live: Quais as contribuições da Psicologia para a Educação Inclusiva?
-  XIV CONPE - Mesa redonda - "A psicóloga escolar frente às violências na escola"
-  Live da Psicologia e do Serviço Social nas Escolas
-  Live: Psicologia rumo aos 60 anos - Psicologia Escolar e Educacional
-  Live: Atribuições da Psicologia e do Serviço Social na Educação Básica
-  Live: Psicologia e Educação: Legados de Paulo Freire

 CFP participa de Audiência no STF sobre Educação Inclusiva: CFP em defesa da educação inclusiva

 Playlist de vídeos: Psicologia na Educação

## 2.2 Psicologia Organizacional e do Trabalho

A **Psicologia Organizacional e do Trabalho** visa a análise de fenômenos psicológicos concernentes às organizações, ao desenvolvimento organizacional, à gestão de pessoas, à prevenção e promoção da saúde e à relação do ser humano com o trabalho. Este fazer tem foco na ação política das organizações, desenvolvimento de equipes, consultoria organizacional, seleção, acompanhamento, e desenvolvimento de pessoas (RESOLUÇÃO CFP 23/2022).

O ambiente de trabalho é, por vezes, um espaço que ocupa grande parte do tempo e da vida de cada indivíduo e de certa forma atravessa seu modo de construção subjetiva. Nesse sentido, a (o) psicóloga (o) organizacional contribui indiretamente para o crescimento das organizações na medida que se volta para os sujeitos que a compõe e seu desempenho de trabalho, trazendo um olhar e uma análise mais humanizada. Compreendendo-os como pessoas que não se destituem das suas subjetividades e questões relacionais no ambiente laboral, buscando promover qualidade nas relações institucionais e bem-estar entre os colaboradores. Assim, a Psicologia tem, no contexto organizacional, a potência de identificar problemas, aprimorar a comunicação e elaborar projetos que visem a manutenção de um ambiente de trabalho saudável.

### SAIBA MAIS

 Resolução CFP 02/ 2022 que regulamenta normas e procedimentos para a avaliação psicossocial no contexto de saúde e segurança do trabalhador

 Psicologia no trabalho e nas organizações: reflexões sobre práticas contemporâneas

 Saúde do trabalhador: saberes e fazeres possíveis da Psicologia do Trabalho e das Organizações

-  Cartilha CRP-MG responde: Dúvidas sobre Psicologia Organizacional e do Trabalho
-  Encontro virtual: Avaliação Psicológica e o papel da (o) Psicóloga (o) organizacional e do Trabalho
-  Encontro Virtual: Efeitos da nova forma de trabalho na saúde do (a) trabalhador (a)
-  Live: Cuidados com a saúde do (a) trabalhador (a) na perspectiva da Psicologia e da Administração
-  Live - A Psicologia Organizacional e do Trabalho e o 3º Setor: desafios e possibilidades
-  Saúde do Trabalhador no âmbito da Saúde Pública: referências para a atuação do (a) psicólogo (a)
-  Revista Diálogos: Psicologia organizacional e do trabalho (ano 4, nº 5)
-  Live: Psicologia rumo aos 60 anos - Psicologia Organizacional e do Trabalho
-  Live: Diálogos com a psicologia Organizacional e trabalho Evolução desafios e novos rumos

### 2.3 Psicologia de Tráfego

Engana-se quem acredita que o fazer da Psicologia do Trânsito se restringe apenas à avaliação psicológica para aquisição e renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), que tem caráter compulsório e se caracteriza como “perícia psicológica”. A atuação da psicóloga(o) do trânsito pode ir além, atuando desde planejamento e disseminação de informações referentes ao trânsito, elaboração de ações de tráfego, desenvolvimento de ações socioeducativas para condutores, pedestres, ciclistas, etc. Além de buscar novas ferramentas, e avaliar as já existentes, utilizadas na avaliação psicológica de motoristas (RESOLUÇÃO CFP 13/2007).

Os programas de saúde, educação e segurança no trânsito também podem contar

com a colaboração de psicólogas(os), e com seus conhecimentos biopsicossocial, no diálogo com profissionais da saúde e da educação, buscando a conscientização e prevenção desde o ensino básico, aos novos motoristas, aos motoristas infratores e até à sociedade civil em geral. Outras questões voltadas à mobilidade urbana, principalmente nas grandes metrópoles e que atravessam a vida cotidiana dos sujeitos, também compõem e estão incluídas nos estudos e pesquisas da grande área que é a psicologia do trânsito.

## SAIBA MAIS

-  Live: A importância da especialidade da (o) psicóloga (o) do trânsito
-  Encontro Virtual - “Regras e Desafios: o contexto atual das (os) psicólogas (os) do trânsito”
-  Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) em Políticas Públicas de Mobilidade Humana e Trânsito
-  Caderno de Psicologia do Trânsito e Compromisso Social - <https://site.cfp.org.br/publicacao/caderno-de-psicologia-do-transito-e-psicologia-social/>
-  Psicologia do Tráfego: Características e desafios no contexto do MERCOSUL
-  Psicologia do Trânsito em Trânsito pelo Brasil - Relatório do Seminário
-  Psicologia e mobilidade: o espaço público como direito de todos  
Vídeo: Psicologia e trânsito
-  Diálogo Digital perícia psicológica no contexto do trânsito
-  Vídeo: Referências Técnicas para atuação em Políticas Públicas de Mobilidade Humana E Trânsito
-  Live: Psicologia do Trânsito: CFP debate retrocessos do PL 3.267/2019
-  Live: Psicologia rumo aos 60 anos - Psicologia do Trânsito

### 2.3.1 Instituições de referência

Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego - ABRAPSIT Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN.

Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN Departamento de Trânsito - DETRAN.

## 2.4 Psicologia Jurídica

A Psicologia Jurídica é um campo de atuação que se insere no âmbito da Justiça, e faz interface com o campo do Direito. A(o) psicóloga(o) jurídica pode atuar em diversos setores, tais como: investigação, formação ética, Direito Civil, questões da infância e da juventude, direitos da família, direitos humanos, Ministério Público etc. Em interação com as leis e com o Direito, o profissional atua no sentido de analisar a situação com um olhar psicológico, estando apto para elaborar laudos e pareceres, realizar avaliação psicológica e psicodiagnósticos, atuar no acolhimento de vítimas de violência, contribuir na elaboração de políticas públicas e projetos que visem a prevenção ou diminuição de diversas violências e criminalidade, facilitar a reinserção de indivíduos no meio social. Esta prática se dá “auxiliando no planejamento, na execução e na avaliação de políticas públicas voltadas à garantia de direitos à cidadania, da promoção de direitos humanos e de prevenção e combate a todas as formas de violência nas diversas atuações vinculadas ao Sistema de Garantia de Direitos” (RESOLUÇÃO CFP 23/2022).

## SAIBA MAIS

-  Resolução CFP 15/2022
-  Live - Psicologia e Direito de Família: 30 anos do ECA
-  Live - A atuação da (o) psicóloga (o) no Sistema de Justiça: possibilidades e controvérsias
-  Encontro Virtual “Alienação Parental: perspectivas e controvérsias”
-  Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro

-  Falando sério: sobre prisões, prevenção e segurança pública
-  II Seminário Nacional sobre a atuação do psicólogo no sistema prisional - Atuação do psicólogo no sistema prisional
-  Referências Técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação
-  Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) no Sistema Prisional
-  Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) em programas de medidas socioeducativas em meio aberto
-  Redução da Maioridade Penal: Socioeducação não se faz com prisão
-  Por que somos contrários à redução da maioridade penal?
-  O trabalho da (o) psicóloga (o) no sistema prisional: Problematizações ética e orientações
-  Atuação da(o) psicóloga(o) no campo da execução penal no Brasil
-  Discussões sobre Depoimento Especial no Sistema Conselhos de Psicologia
-  Revista Diálogos: Psicologia Jurídica (ano 9, nº 8)
-  Psicologia Jurídica: atividades e requisitos para a formação profissional  
Referências Técnicas para atuação de psicólogas em Varas de Família
-  Revista Diálogos: a prática psicológica na pandemia, (ano 17, nº 12) - Capítulo:  
Educação e os desafios de evitar a evasão escolar em tempos de austeridade fiscal (pag. 34)
-  Vídeo: Violência contra a mulher e o papel dos profissionais da Psicologia
-  Live: Psicologia rumo aos 60 anos - Psicologia Jurídica

 Folder “A Psicologia diz NÃO à redução da maioria penal”

 Live sobre Avaliação Psicológica - Contexto Clínico e Justiça

## 2.5 Psicologia Esportiva

O campo de atuação da Psicologia Esportiva prevê aspectos voltados para o alto rendimento, a fim de otimizar a performance dos atletas em clubes e organizações que participam de competições importantes. Além disso, promove também ao indivíduo que pratica atividade física, condições no que se refere a capacidade motora e cognitiva para o desenvolvimento do esporte. Tem como objetivo intervir na transformação de comportamentos padrões, na prática da atividade física regular ou competitiva de forma individual ou de grupos.

A Psicologia Esportiva trabalha em muitos casos, junto a uma equipe multidisciplinar a fim de programar atividades que prestam atendimento visando a integridade da pessoa atendida, seja através das competições esportivas, atividades educacionais, lazer e reabilitação. A(o) profissional psicóloga(o), nesse sentido, observa as competências e habilidades na realização da atividade física, as potencialidades e limites de cada pessoa envolvida num determinado processo, seja no rendimento de atletas de alta performance, atuando junto à comissão técnica e dirigentes, num projeto social e ou educacional de comunidades, escolas, agregando movimento e participação popular.

## SAIBA MAIS

 Referências Técnicas para atuação de psicólogos (os) em políticas públicas de esporte

 Revista Diálogos: Psicologia do Esporte, o corpo em movimento

 Nota de Esclarecimento sobre a psicologia do esporte e coaching

 Playlist Psicologia do Esporte

 Psicologia Rumo aos 60 anos: Psicologia do Esporte e desafios atuais junto à saúde mental

-  Teaser: Psicologia do Esporte
-  Programa Diversidade: Desafios da Psicologia do Esporte
-  Psicologia e Esporte
-  História e Memória da Psicologia em São Paulo: Pioneira na Psicologia do Esporte
-  18h30 | Mesa de abertura – 3º EMPE | Tema “Psicologia do Esporte: da formação à Profissionalização”
-  23/4 | 8h30 | Mesa “Psicologia do Esporte nos cursos de graduação em MG: que Psicologia é Essa?”
-  23/4 | 13h30 | Mesa “Psicologia do Esporte e Políticas Públicas”
-  23/4 | 15h30 | Mesa “Psicologia do Esporte: uma visão de atletas e treinadores”
-  24/4 | 8h30 | Mesa “A atuação da (o) psicóloga (o) no contexto do esporte competitivo de base”
-  24/4 | 10h30 | Mesa “Diversidade, gênero e questões étnico-raciais no esporte”
-  24/4 | 15h30 | Mesa “Contribuições da Psicologia para o esporte competitivo profissional”
-  Encontro Virtual: A potência da Psicologia do Esporte em tempos de pandemia
-  Psicologia em Foco - “Psicologia do Esporte” Parte I
-  Psicologia em Foco - “Psicologia do Esporte” Parte II
-  Psicologia em Foco - “Psicologia do Esporte” Parte III

-  Psicologia em Foco - “Psicologia do Esporte” Parte IV
-  19h | Mesa “LGBTfobia no Esporte”
-  Encontro Virtual: Os efeitos psicológicos da falta dos treinamentos no cotidiano das (os) atletas

## 2.6 Psicologia Clínica

A Psicologia Clínica é um campo de atuação tradicional e definido a partir de vários tipos de intervenções e de setting analítico. Traz um grande e rico arcabouço teórico que envolve a compreensão do humano e suas subjetividades. Os atendimentos podem envolver psicoterapia individual, de grupo e casais e em todas as etapas da vida e do desenvolvimento humano, infância, adolescência, fase adulta e envelhecimento. Atua de forma contínua no estudo de casos, na identificação de quadros psicopatológicos a fim de promover o bem-estar e a melhora na saúde mental das pessoas atendidas.

Tem como principal formulação para atuação o tripé composto pela análise pessoal, a supervisão clínica e o estudo da teoria que irá sustentar a base de uma intervenção prática. É no espaço de atendimento clínico que se faz emergir questões acerca da demanda / queixa dos sujeitos que se põe a trabalho a partir da condução do/a psicóloga/o, estabelecendo uma relação de confiança e a construção de saídas para suas dores e dilemas.

## SAIBA MAIS

-  Resolução CFP 13/2022
-  Seminário Nacional do Ano da Psicoterapia - Sistematização
-  Ano Nacional da Psicoterapia - Textos Geradores
-  Seminário Nacional sobre Psicoterapia: formação, qualificação e regulamentação
-  Clínica e Ética em Psicologia: relatos da Comissão de Psicologia e Clínica do CRP- MG

-  10h / Mesa “Direitos Humanos: diálogos possíveis na Clínica”
-  Psicologia Rumo aos 60 anos - Psicologia Clínica
-  Diálogo Digital Conversando sobre Psicoterapia e a formação da (o) psicoterapeuta
-  Psicoterapia e Formação

## 2.7 Psicologia Hospitalar

A Psicologia Hospitalar tem como objetivo o acolhimento a partir das intercorrências psíquicas de pacientes que estão inseridos no contexto de saúde para realização de procedimentos médicos, tendo como produto fim a promoção e recuperação da saúde física e mental. O exercício profissional do psicólogo neste campo compreende a dimensão de saúde e doença do sujeito e as implicações no campo psíquico, quando há um efeito no corpo que acaba por impactar na saúde integral do sujeito.

Nesse sentido, a atenção psicológica à saúde, junto ao trabalho de uma equipe multidisciplinar, seja no contexto ambulatorial ou na internação hospitalar, aborda a perspectiva de vários olhares sobre uma situação específica, objetivando o suporte na relação equipe- paciente- familiares. A utilização de recursos neste campo contempla: o atendimento psicoterapêutico; grupos psicoterapêuticos; grupos de psicoprofilaxia; atendimentos em ambulatório e Unidade de Terapia Intensiva; pronto atendimento; enfermarias em geral; psicomotricidade no contexto hospitalar; avaliação diagnóstica; psicodiagnóstico; consultoria e interconsultoria, relação ao processo do adoecer, hospitalização e repercussões emocionais que emergem destes processos.

A rede do Sistema Único de Saúde (SUS) compreende, então, que o contexto hospitalar está inserido dentro do caráter de alta complexidade de atenção à saúde no setor terciário, existindo especificidades a partir da atuação em cada espaço de atenção à saúde. A interlocução com a rede de atenção se faz indispensável tendo como objetivo abarcar todos os campos de cuidado integral da pessoa atendida.

## SAIBA MAIS

-  [Resolução CFP 17/2022](#)
-  [Referências Técnicas para atuação de psicólogos \(os\) em serviços hospitalares do SUS \(2019\)](#)
-  [Psicologia Rumo aos 60 anos: Psicologia Hospitalar e desafios atuais](#)
-  [Atuação da Psicologia Hospitalar](#)
-  [Live Especial Psicologia Hospitalar](#)
-  [Live: Psicologia no SUS](#)
-  [Live: O papel da psicologia no processo de luto](#)
-  [Psicologia em luto](#)
-  [Psicologia em Foco “O psicólogo intensivista”](#)
-  [A importância da psicologia Hospitalar junto às equipes de saúde em tempos de pandemia](#)
-  [Psicologia na linha de frente do combate a COVID-19: atuação no SUS e hospitais](#)
-  [Encontro Virtual: Saúde Mental e condições de trabalho da\(o\) psicóloga\(o\) no hospital](#)
-  [Live: A vivência do luto no contexto da pandemia](#)
-  [Encontro Virtual - O fazer da \(o\) psicóloga \(o\) em diversas frentes da saúde em tempos de pandemia](#)

## 2.8 Psicopedagogia

A Psicopedagogia, enquanto especialidade reconhecida pelo do Sistema Conselhos de Psicologia, insere sua área de atuação focada nos processos de aprendizagem, na aquisição de competências no campo cognitivo e desenvolvimento emocional e que se relacionam com o ensino, a fim de alcançar autonomia na construção do conhecimento. Dessa maneira, contribui também na detecção de problemas de aprendizagem a partir de uma visão sistêmica no ato de aprender. Esse campo da Psicologia está em constante interlocução com os profissionais da área de educação a fim de um trabalho em rede para promover maior atenção à demanda advindas das questões pedagógicas e emocionais.

### SAIBA MAIS



Psicopedagogia



Psicologia rumo aos 60 anos – Psicopedagogia

## 2.9 Psicomotricidade

A área de atuação da Psicomotricidade se baseia nos estudos sobre o desenvolvimento humano, contemplando a infância, adolescência, fase adulta e idosa, no campo da prevenção e da reabilitação. Está inserida em vários espaços: escolas, hospitais, clínicas, assistência, entre outros. Apresenta-se na formação de equipes multidisciplinares de atendimento implementando ações de planejamento a partir da compreensão dos aspectos emocionais, cognitivos e motores de cada sujeito. Atua também na aquisição de competências a partir de uma demanda/ queixa específica, a fim de estimular o desenvolvimento neuropsicomotor, por meio da utilização de técnicas e estudos que fazem interface com outros saberes.

### SAIBA MAIS



Psicologia rumo aos 60 anos - Psicomotricidade

## 2.10 Psicologia Social

A Psicologia Social, em um caráter diferencial das demais áreas já apresentadas, não se baseia na delimitação territorial em que a prática pode estar inserida, mas sim na concepção das subjetividades implicadas nos fenômenos coletivos, de forma a desenvolver uma psicologia atenta ao contexto social atual (HUNING, 2021). Assim, as(os) psicólogas(os) sociais propõem ações relacionadas à comunidade e aos movimentos sociais diversos, sejam esses de gênero, étnico-raciais, de orientação sexual, dentre outros, com fins de produzir projetos e/ou políticas públicas que tenham impacto no âmbito social.

### SAIBA MAIS

-  [Psicologia comprometida com o SUAS](#)
-  [V Congresso Nacional da Psicologia: Protagonismo Social da Psicologia -](#)
-  [Referências Técnicas para atuação do\(a\) psicólogo\(a\) no CRAS/SUAS](#)  
[Relatório IV Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas](#)
-  [Debate CREAS](#)
-  [Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o sistema único de assistência social \(SUAS\)? Informações para gestoras e gestores](#)
-  [V Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas: Subjetividade, Cidadania e Políticas públicas](#)
-  [Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas \(os\) no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial](#)
-  [Referências Técnicas sobre a Prática de Psicólogas \(os\) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social \(CREAS\)](#)
-  [IX Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas: Psicologia Na Defesa](#)

-  [Das Políticas Públicas – GERAL](#)
-  [IX Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas: Psicologia Na Defesa Das Políticas Públicas – ETAPA SUDESTE](#)
-  [Documento base – Demandas do sistema de justiça às \(aos\) profissionais de psicologia lotados nas políticas públicas de saúde e de assistência social](#)
-  [Diálogos nº 7: Política de Assistência Social](#)
-  [II Seminário Psicologia no SUAS: Contribuições, Desafios e Percepções](#)
-  [2º seminário nacional do FNTSUAS 1/4](#)
-  [2º seminário nacional do FNTSUAS 2/4](#)
-  [2º seminário nacional do FNTSUAS 3/4](#)
-  [2º seminário nacional do FNTSUAS 4/4](#)
-  [Programa Entre Nós - Sistema Único de Assistência Social \(SUAS\) \(2015\)  
Debate Online: Psicologia na formulação da política de assistência social e no controle social](#)
-  [8º Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas \(2015\)](#)
-  [Vulnerabilidade e riscos sociais na Política de Assistência Social e sua relação com a Psicologia](#)
-  [A Psicologia e o direito à proteção socioassistencial face às demandas do Sistema de Justiça](#)
-  [Atuação interdisciplinar no SUAS](#)
-  [CFPna45SBP - Mesa 02 - 28/10 - Gestão e trabalho em SUAS expressões](#)
-  [CFPna45SBP - Comunidade e posicionamento voluntário autêntico \(29/10\) \(2015\)](#)

-  CFPna45SBP - Experiências mineiras de construção de redes de atenção psicossocial (2015)
-  Gestão do SUAS
-  Proteção Social Básica
-  Proteção Social Especial de Média Complexidade - link
-  Frente Nacional em Defesa do SUAS e da Seguridade Social
-  Concessão de Benefícios Eventuais no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
-  Proteção Social Especial de alta complexidade do SUAS
-  3º Seminário Nacional de Psicologia na Assistência Social 22/08/2016
-  3º Seminário Nacional de Psicologia na Assistência Social 23/08/2016
-  Seminário: A atuação do psicólogo no SUAS - Joari Aparecido Carvalho (2010)
-  Seminário: A atuação do psicólogo no SUAS - Fernanda Magano (2010)
-  Seminário: A atuação do psicólogo no SUAS - Cristiane Barreto Napolli (2010)
-  Seminário: A atuação do psicólogo no SUAS - Alissandra Calderaro (2010)
-  Seminário: A atuação do psicólogo no SUAS - Alessandra Medeiros (2010)
-  Seminário: A atuação do psicólogo no SUAS - Ana Lopes (2010)
-  Seminário: A atuação do psicólogo no SUAS- Carmen Senra (2010)
-  I Seminário Nacional de Psicologia na Assistência Social (2010)
-  Fabiana Itaci: Psicologia comprometida com o SUAS

-  Fabiana Itaci: Eixo 1 - Equidade como paradigma para gestão dos direitos – 11ª CNAS
-  Andrea Esmeraldo: Eixo 2 - Gestão democrática e controle social - 11ª CNAS
-  Célia Zenaide: Eixo 3 - Articulação entre serviços, benefícios e transferência – 11ª CNAS
-  Célia Zenaide: Eixo 4 - Legislação como instrumento para gestão de compromissos 11ª CNAS
-  Campanha de combate ao preconceito contra a usuária e o usuário do SUAS (2017)
-  (AO VIVO) IX Seminário de Psicologia e Políticas Públicas
-  05-04 - Tarde - IX Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas
-  IX Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas
-  06-04 - Manhã - IX Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas
-  06-04 -Tarde - IX Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas
-  IX Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas 1
-  IX Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas 2
-  IX Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas 3
-  IX Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas 4
-  #AO VIVO Vergonha não é ter direitos, vergonha é ter preconceito (2018)
-  Campanha de combate ao preconceito contra a usuária e o usuário do SUAS
-  V CBP - desmonte das políticas públicas e impactos éticos e sociais no exercício da profissão

-  Referências Técnicas para atuação em Políticas Públicas de Mobilidade Humana e Trânsito
-  Diálogo Digital - Psicologia, Assistência Social e Situações de Calamidades e Emergências
-  Etapa Nacional - Mostra SUAS
-  Live: Condições de trabalho no SUAS frente à pandemia
-  População em situação de rua e assistência social frente à Pandemia
-  II Seminário de Psicologia e Políticas Públicas - Mesa de Abertura (2013)
-  II Seminário de Psicologia e Políticas Públicas Parte 1/1
-  II Seminário de Psicologia e Políticas Públicas Parte 1/3
-  II Seminário de Psicologia e Políticas Públicas Parte 1/2
-  II Seminário de Psicologia e Políticas Públicas Parte 1/5
-  II Seminário de Psicologia e Políticas Públicas Parte 1/4
-  II Seminário Regional Psicologia e Políticas Públicas - CREAS Parte 1/4
-  II Seminário Regional Psicologia e Políticas Públicas - CREAS Parte 1/3
-  II Seminário de Psicologia e Políticas Públicas - A Nova Ordem Brasileira Parte 1
-  II Seminário de Psicologia e Políticas Públicas - A Nova Ordem Brasileira Parte 2
-  II Seminário de Psicologia e Políticas Públicas - A Nova Ordem Brasileira Parte 3
-  II Seminário de Psicologia e Políticas Públicas - A Nova Ordem Brasileira Parte 4

-  II Seminário Regional Psicologia e Políticas Públicas - CREAS Parte 1/1
-  II Seminário Regional Psicologia e Políticas Públicas - CREAS Parte 1/2
-  II Encontro Mineiro d@s psicólog@s no SUAS
-  Psicologia em Foco “Psicologia em defesa do SUAS”- Parte I (2016)
-  Psicologia em Foco “Psicologia em defesa do SUAS”- Parte II
-  Psicologia em Foco “Psicologia em defesa do SUAS”- Parte III
-  Psicologia em Foco “Psicologia em defesa do SUAS”- Parte IV
-  10 anos do Crepop (2016)
-  I Encontro Metropolitano de Psicólogas(os) do SUAS - 1
-  I Encontro Metropolitano de Psicólogas(os) do SUAS - 2
-  I Encontro Metropolitano de Psicólogas(os) do SUAS - 3
-  I Encontro Metropolitano de Psicólogas(os) do SUAS - 4
-  I Encontro Metropolitano de Psicólogas(os) do SUAS - 5
-  I Encontro Metropolitano de Psicólogas(os) do SUAS - 6
-  I Encontro Metropolitano de Psicólogas(os) do SUAS - 7
-  I Encontro Metropolitano de Psicólogas(os) do SUAS - 8
-  A Psicologia e as Unidades de Acolhimento do SUAS: desafios da atuação em tempos de pandemia
-  A segurança de acolhimento da trabalhadora do SUAS no contexto da pandemia de corona vírus

-  A segurança de acolhimento da trabalhadora do SUAS no contexto da pandemia de corona vírus
-  Encontro virtual: A atuação da (o) psicóloga (o) na proteção social básica
-  Encontro virtual - Psicologia e Políticas Públicas: desafios durante e pós pandemia
-  Encontro virtual - Psicologia e Serviço Social na intersectorialidade SUAS e Educação
-  Encontro Virtual: 4º Encontro Estadual de Psicólogas (os) do SUAS – Atuação em tempos de Covid-19
-  A essencialidade do SEU durante a pandemia do Corona vírus e seus reflexos na saúde mental
-  Diálogos em rede e desafios ético-políticos da Psicologia nas políticas públicas: do desmonte à resistência
-  O fazer da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social

## 2.11 Psicologia em Saúde

A interface Psicologia e Saúde se refere à atuação da(o) psicóloga(o) na análise e/ou intervenção sobre situações de saúde e doença, nos diferentes ambientes e instituições, públicos ou privados, em que tal exercício pode ser ofertado. Assim, a(o) profissional desta área desenvolverá ações de promoção de saúde, prevenção de doenças, melhoria das condições de vida de indivíduos e grupos, bem como atuará em contextos de gestão de serviços, dominando e utilizando-se de conhecimentos sobre as políticas da área, reforma sanitária brasileira, funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), dentre outros assuntos.

O diálogo sobre este campo abre portas para a discussão sobre o direito de todos os indivíduos e grupos à saúde, além de circunscrever um arsenal de práticas e subcampos diversos, tais quais a saúde da população indígena, política de álcool e drogas, atenção básica, etc. Também é necessário pensar, no debate sobre tal

área, sobre o conceito de saúde que fundamenta as atividades em curso e sobre as políticas de humanização, que buscam estabelecer relações mais colaborativas com os usuários dos serviços de saúde (COBRA, 2021).

## SAIBA MAIS

-  [Resolução CFP 17/2022](#)
-  [Guia de orientação: psicologia e saúde suplementar](#)
-  [Como a Psicologia pode contribuir para o avanço do SUS](#)
-  [A regulação dos serviços de saúde mental no Brasil: Inserção da Psicologia no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar](#)
-  [Documento base – Demandas do sistema de justiça às \(aos\) profissionais de psicologia lotados nas políticas públicas de saúde e de assistência social](#)
-  [Contribuições do Conselho Federal de Psicologia para a constituição da Rede de Atenção Psicossocial no Sistema Único de Saúde a partir do Decreto 7.508/2011](#)
-  [A regulação estatal sobre saúde mental no Brasil e suas implicações sobre os serviços de psicologia e psicoterapia na Saúde Suplementar](#)
-  [Diálogo Digital - A Psicologia em proteção e pelo respeito às pessoas com HIV](#)
-  [Diálogo Digital - Psicologia e Saúde Mental - cuidado e acesso a direitos](#)
-  [Diálogo Digital - Saúde Mental: de janeiro a janeiro](#)
-  [Live: Gestão e Resistência em Tempos Difíceis: Análise com ex-coordenadores nacionais de Saúde Mental](#)
-  [3º Encontro Ideias - Acolhimento e saúde mental em territórios vulnerabilizados](#)

-  Live: Psicologia no SUS
-  Live: Referências Técnicas para Atuação da categoria em Programas e Serviços de IST/HIV/aids
-  Passeata Virtual - Pela Vida: em defesa do SUS e da Reforma Psiquiátrica
-  Psicologia rumo aos 60 anos - Psicologia em Saúde
-  Política nacional de saúde mental
-  Ao Vivo Diálogo Digital: Precisamos conversar sobre saúde mental
-  Seminário Psicoterapia nas Políticas Públicas de Saúde (2013)
-  Psicologia em foco: “Atenção Básica à Saúde” “- Parte I (2016)
-  Psicologia em foco: “Atenção Básica à Saúde” “- Parte II (2016)
-  Psicologia em foco: “Atenção Básica à Saúde” “- Parte III (2016)
-  Psicologia em foco: “Atenção Básica à Saúde” “- Parte IV (2016)
-  Saúde mental da categoria PSI: os desafios de ser profissional de saúde em tempos de pandemia
-  Psicologia na linha de frente do combate à Covid-19: atuação no SUS e nos hospitais
-  Encontro Virtual - O fazer da(o) psicóloga(o) em diversas frentes da saúde em tempos de pandemia
-  Encontro virtual - Reflexões e desafios sobre as ampliações clínicas e o cuidado em saúde mental
-  Encontro Virtual: Avaliação Psicológica na atenção primária à saúde

-  Live “O SUS e a defesa da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial”
-  A Psicologia e o trabalho na Atenção Básica à Saúde
-  Live “SUS, mais necessário que nunca”
-  Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) na Atenção Básica à Saúde (2019)

## 2.12 Avaliação Psicológica

A Avaliação Psicológica é, segundo a Resolução CFP 31/2022, “um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos”, que deve contar com métodos, técnicas e instrumentos que possibilitem a captação de informações relevantes para a tomada de decisão relativa a determinada demanda. Tal processo não consiste em simples aplicação de instrumentos e estabelecimento de conclusões categóricas, mas sim na exploração de fenômenos psicológicos em diferentes contextos.

Este é, sem dúvidas, um serviço de grande importância para a Psicologia, sendo, inclusive, a utilização de métodos e técnicas psicológicas uma atividade privativa dos psicólogos (LEI 4.119 de 1962). Vale acrescentar que o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) foi desenvolvido pelo Conselho Federal de Psicologia com fins de avaliar e garantir a qualidade técnico-científica dos instrumentos psicológicos para uso profissional (o SATEPSI pode ser consultado através do link: <https://satepsi.cfp.org.br/>).

## SAIBA MAIS

-  Resolução CFP 31/2022
-  Resolução 01/ 2022
-  Nota técnica No 7/2019/GTEC/CG

-  Avaliação Psicológica: Área em Expansão
-  Cartilha: Avaliação Psicológica (2013)
-  Cartilha Avaliação Psicológica
-  Ano Temático da Avaliação Psicológica – Textos Geradores
-  Relatório do Ano temático da Avaliação Psicológica 2011/2012
-  Avaliação Psicológica: Diretrizes na Regulamentação da Profissão
-  Revista Diálogos nº03
-  Revista Diálogos - Avaliação Psicológica Compulsória
-  Diálogo digital: avaliação psicológica compulsória
-  Avaliação psicológica: cirurgia bariátrica e de readequação genital
-  Diálogo Digital: Como escolher um teste psicológico?
-  Cartilha de boas práticas para avaliação psicológica em contextos de pandemia
-  Prêmio Profissional: Avaliação Psicológica direcionada a Pessoas com Deficiência
-  Entre Nós (2015) - Avaliação Psicológica
-  AO VIVO: Avaliação Psicológica e Inclusão
-  V CBP - sistema de avaliação de testes psicológico
-  9º Congresso Brasileiro De Avaliação Psicológica- abertura
-  9º Congresso Brasileiro De Avaliação Psicológica -debate

-  9º Congresso Brasileiro De Avaliação Psicológica - debate
-  9º Congresso Brasileiro De Avaliação Psicológica - mesa
-  Psicologia rumo aos 60 anos - Avaliação Psicológica
-  Avaliação Psicológica nos Processos Seletivos Públicos
-  Avaliação psicológica em concurso público e/ou processo seletivo: orientação às (aos) profissionais psicólogas (os) e à sociedade
-  Desafios da Avaliação Psicológica na Contemporaneidade
-  Psicologia em Foco - Avaliação Psicológica: contextos e atualidade
-  Encontro Virtual: Avaliação Psicológica na atenção primária à saúde
-  Encontro virtual: A importância da formação e da pós-graduação em Avaliação Psicológica
-  Encontro virtual: Avaliação Psicológica e o papel da (o) Psicóloga (o) organizacional e do Trabalho
-  Encontro Virtual: A importância da Avaliação Psicológica no contexto da pandemia e pós pandemia
-  Live “Testes psicológicos: o CRP-MG em defesa da Psicologia”
-  Live “Avaliação Psicológica e grupos específicos: pessoas com deficiência”
-  CRP-MG responde dúvidas sobre avaliação psicológica
-  Folder da Comissão de Orientação em Avaliação Psicológica
-  Desafios da Avaliação Psicológica na Contemporaneidade

### 2.12.1 Instituições de referência

Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica - IBAP.

Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos – ASBRO.

## 2.13 Neuropsicologia

A Neuropsicologia é uma área que busca compreender a relação entre o sistema nervoso, a cognição e o comportamento, utilizando-se, para isso, de recursos clínicos, como as entrevistas e os testes psicométricos. Tal campo tem como objetivo tanto a ampliação de modelos e teorias sobre o assunto, quanto a avaliação e intervenção sobre indivíduos ou grupos que podem ou não estar acometidos de determinado prejuízo neuropsicológico, podendo inserir-se em diversos locais de trabalho, tais quais instituições acadêmicas, instituições hospitalares, clínicas, forenses etc.

## SAIBA MAIS



Psicologia em Foco no Rádio: Neuropsicologia, com Akauito Elcino



Psicologia rumo aos 60 anos - Neuropsicologia



Live Sobre Avaliação Psicológica: Avaliação, Diagnóstico E Neuropsicologia

# 3

## **Referências normativas para os diversos campos de atuação da(o) psicóloga(o)**

As Resoluções, enquanto referências normativas, têm como objetivo clarificar aspectos de ordem técnica/ ética profissional para orientar o profissional naquele campo/ especialidade de sua prática. O intuito é construir parâmetros para auxiliar a (o) psicóloga (o), sem adentrar ou especificar em excesso, mas garantir a autonomia profissional, possibilitando apontar a direção da conduta profissional sem interferir na sua liberdade teórico-técnica e ética. Algumas resoluções são mais específicas e referenciadas em determinadas especialidades, neste item traremos daquelas que são transversais a todas elas.

### 3.1 Resolução CFP 01/2009 e CFP 05/2010 que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos



Resolução CFP 01/2005



Resolução 05/2010

A Resolução sobre Prontuário e Registro Documental oferece parâmetros, que servirão como prova idônea em caso de defesa legal, além de orientação sobre a organização de trabalho, ao mesmo tempo que destaca o documento emitido pelo psicólogo como direito do usuário de acesso integral às informações de seu tratamento/acompanhamento registradas pela(o) profissional psicóloga(o).

Neste sentido a documentação referente ao serviço prestado se torna obrigatória e deve ser mantida permanentemente atualizada e organizada, para fins inclusive de fiscalização do CRP-MG. As condições de guarda de todo registro do atendimento são apontadas, sobretudo, com referência ao sigilo e responsabilidade da(o) psicóloga(o) e da instituição onde o serviço foi prestado. O tempo mínimo de guarda de toda documentação é de cinco anos (como de documentos públicos), podendo ser estendido dependendo do caso ou de uma decisão judicial.

Importante destacar a diferença entre prontuário, documentos psicológicos concedidos a terceiros e registros do trabalho. Sabendo-se que este último subsidiará todo o formato documental a ser produzido, ficando sob a guarda exclusiva do profissional, com acesso privado, diferente do prontuário e documentos psicológicos.

O prontuário e/ou registro documental deverá conter no mínimo, quatro informações do tratamento, (1) identificação, (2) análise da demanda e objetivos do trabalho, (3) metodologia e evolução e (4) encaminhamentos. A guarda de documentos

deve prever em separado aqueles registros que fundamentaram ou são decorrentes de avaliação psicológica. Os documentos produzidos por psicólogas(os) deverão ser escritos sem transcrição de falas e queixas, e nenhuma referência sem o devido filtro ou análise técnica prévia, pois sendo uma comunicação sobre o tratamento realizado, deverá traduzir sempre uma linguagem profissional referenciada na psicologia como ciência e profissão.

### **3.2 Resolução CFP 06/2019 que institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela (o) psicóloga (o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP nº 15/1996, a Resolução CFP nº 07/2003 e a Resolução CFP nº 04/2019**



#### Resolução CPF 06/2019

A Resolução de Documentos Psicológicos chama a atenção para vários aspectos da elaboração de documentos concedidos a terceiros, como por exemplo: a linguagem a ser utilizada, os cuidados éticos e técnico, a especificidade de cada documento, a função de cada um deles, os limites na ação de informar/comunicar, entre outros.

Apresenta quatro tipos de documentos psicológicos, com diferenças entre si, a saber: a Declaração que não traz conteúdos clínicos, apenas administrativos; o Relatório (e Relatório Multiprofissional), que aborda o tratamento em curso; o Laudo e Atestado, que são fundamentados em um processo de avaliação psicológica; e, o Parecer, que reflete uma resposta ao estudo sobre uma questão do campo da psicologia.

A normativa aponta que cada pedido de documento deve ser analisado pela(o) psicóloga(o) dentro do contexto da demanda apresentada, a fim de saber se a Psicologia poderá ou não contribuir, tendo em vista que o documento psicológico e o resultado de um processo de trabalho, que só deverá ser iniciado, se respeitado os dispositivos do Código de Ética Profissional e normativas afins.

### **3.3 Resolução CFP 23/2022 que institui condições para concessão e registro de psicóloga e psicólogo especialistas; reconhece as especialidades da psicologia e revoga as Resoluções CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007, nº 3, de 5 de fevereiro de 2016, e nº 8, de 25 de abril de 2019**



### Resolução CPF 23/2022

A Resolução sobre a concessão de Título de Especialista propõe e define, a partir dos campos de atuação da Psicologia, 13 áreas como especialidades, e a partir delas apresenta a descrição de competências específicas, servindo como parâmetros para os estes campos de atuação. Tais especialidades vieram para ratificar o compromisso com a qualificação profissional, uma vez que estão referenciadas no acúmulo de experiências práticas e conhecimento teórico, mediante uma profissão sustentada por um arcabouço teórico prático amplo e diverso. Traduz assim, o cumprimento das diretrizes do Código de Ética: o dever fundamental da (o) psicóloga (o) em assumir atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórico e tecnicamente, e, prestar serviços de qualidade em condições de trabalho digno e apropriado a natureza do serviço utilizando os princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentada na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional.

### **3.4 Resolução CFP 11/2018 regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP nº 11/2012**



### Resolução CPF 11/2018

Tal resolução vem apresentar à categoria e sociedade um novo recurso de trabalho para a Psicologia, sem perder de vista os amparos técnicos e éticos. A resolução traz como condição para o uso das TICs a inscrição de toda psicóloga no Sistema E-PSI, onde poderá apresentar sua formação e qualificação, os dispositivos tecnológicos que pretende usar e o público que será atendido, justificando também sua prática de trabalho. O sistema E-PSI propõe um Termo de Orientação, onde são apontadas as diretrizes éticas para o uso das TICs e as responsabilidades. Em 2020, com o advento da pandemia, alguns critérios para utilização das TICs foram alterados, em função da crescente necessidade dos atendimentos a distância e o quanto estes foram importantes diante da condição atípica em que se viu o Brasil e o mundo. Ver Resolução CFP nº 04/ 2020.

# 4

## Psicologia e temas transversais

O Sistema Conselhos de Psicologia tem como premissa o compromisso social, a promoção e a garantia dos direitos humanos, a partir das demandas e especificidades dos grupos sociais, e suas diversidades. Deste modo, compreende-se a importância do estudo e inclusão de temas transversais no bojo da ciência psicológica, que ampliam a prática profissional, alicerçada em pautas que abrem novos espaços de atuação e debate. Apresentamos a seguir as principais referências em Psicologia a partir dos seguintes temas:

#### 4.1 Psicologia e direitos humanos

-  Declaração Universal dos Direitos Humanos
-  Jornal do Federal (Jornal do Conselho Federal de Psicologia - ANO XV Nº 62 - MARÇO / 2000)
-  Revista Diálogos nº 02: Direitos Humanos - subjetividade e inclusão
-  Psicologia e Democracia: nenhum direito a menos Anais do VIII Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos
-  CFP - Direitos Humanos no ensino da psicologia - 01 DVD1 (2010)
-  CFP - Direitos Humanos no ensino da psicologia - 02 DVD1
-  VII Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos (2011)
-  VIII Entre Nós - Direitos Humanos (2015)
-  Mais Direitos, Mais Democracia – Todos os Direitos para Todas as Pessoas
-  Ao Vivo agora conversa com Tâmara Caroline Almeida Terso
-  Ao vivo VIII Seminário Nacional de Direitos Humanos - sexta - manhã
-  Ao vivo VIII Seminário Nacional de Direitos Humanos - Sexta - manhã
-  VIII Seminário Nacional de Direitos Humanos - Psicologia e Democracia - Sexta (27 de abril)

-  Ao vivo VIII Seminário Nacional de Direitos Humanos - Sexta - tarde
-  Ao vivo VIII Seminário Nacional de Direitos Humanos - Sábado (28) - manhã
-  4º Fórum de direitos humanos e saúde mental (20 junho)
-  4º Fórum de direitos humanos e saúde mental (21 junho) - Debates
-  4º Fórum de direitos humanos e saúde mental (21 junho) - Debates
-  XIII Encontro Nacional da ABEP - Mesa: Direitos Humanos e Pandemia: Desafios da Psicologia
-  AO VIVO Vergonha não é ter direitos, vergonha é ter preconceito
-  VII Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos
-  Ciclo de Debates “Os novos “fora da ordem” e a fragilidade da democracia brasileira” I
-  Ciclo de Debates “Os novos “fora da ordem” e a fragilidade da democracia brasileira” II
-  Ciclo de Debates “Os novos “fora da ordem” e a fragilidade da democracia brasileira” III
-  Ciclo de Debates “Os novos “fora da ordem” e a fragilidade da democracia brasileira” IV
-  Ciclo de Debates “Os novos “fora da ordem” e a fragilidade da democracia brasileira” V
-  Ciclo de Debates “Os novos “fora da ordem” e a fragilidade da democracia brasileira” VI
-  Ciclo de Debates “Os novos “fora da ordem” e a fragilidade da democracia brasileira” VII

-  Nós, Diversas: A pluralidade da Psicologia na promoção dos Direitos Humanos
-  Proteção, defesa e promoção dos Direitos Humanos em tempos de Covid-19
-  Mesa de abertura – Seminário de Direitos Humanos | Tema: “Psicologia, Ética e Democracia
-  Psicologia e mobilidade: o espaço público como direito de todos
-  Jornal do Federal 72 – agosto 2002
-  Jornal do Federal 71 – março 2002
-  Jornal do Federal 87 – agosto 2007
-  BVS-Psi: 10 anos divulgando a Psicologia
-  Jornal do Federal 104 – janeiro/agosto 2012
-  Uma profissão de muitas e diferentes mulheres: resultado preliminar da pesquisa 2012
-  Quem é a Psicóloga brasileira?
-  Jornal do Federal 106 – maio 2013
-  Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres
-  A Verdade é Revolucionária

## 4.2 Psicologia, mulheres e questões de gênero

-  Lei Federal 11.340 - Maria da Penha
-  Resolução CFP 08/2020

-  Prêmio Profissional Democracia e Cidadania Plena das Mulheres
-  Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs
-  Uma profissão de muitas e diferentes mulheres: resultado preliminar da pesquisa 2012
-  Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) em programas de atenção a mulheres em situação de violência
-  Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a Psicologia
-  CFP - 1 - Mulheres em espaços de poder (2010)
-  CFP - Prêmio Profissional - Democracia e Cidadania Plena das Mulheres (2011)
-  Psicologia: Profissão de muitas e diferentes mulheres (2011)
-  Debate Online CFP - Mulher: Democracia, Políticas Públicas e Cidadania
-  O feminino na psicologia: muitas e diferentes mulheres - 2ª mostra
-  Programa Entre Nós - Mulheres e Psicologia (2015)
-  CFP na 45 SBP - A Psicologia e os direitos das mulheres: o que estamos fazendo? (2015)
-  Violência contra as mulheres: o que os profissionais de saúde têm a ver com isso? (2016)
-  Violência contra a mulher e o papel dos profissionais da Psicologia
-  Live - Mercado de trabalho, educação remota e saúde mental das mulheres/mães
-  Pandemia dentro da pandemia: a violência contra as mulheres e o papel da psicologia

-  CFP lança Resolução sobre exercício profissional em casos de violência de gênero
-  Saúde da mulher e COVID-19 - Entrevista Cláudia Mayorga
-  Lei maria da penha - CFP na Rádio Câmara
-  Série Mulheres - 1 - Mulheres em espaços de poder
-  Encontro Virtual: Atendimento psicológico a mulheres em situação de violência
-  Encontro virtual - Mulheres/Mães e a corona vírus: como a Psicologia pode abordar a maternidade
-  Mulheres/Mães e a Psicologia: reflexões sobre a retirada compulsória de suas filhas e seus filhos
-  Mesa “Direitos Humanos das Mulheres no Brasil: o que a Psicologia tem a ver com isso?”
-  Padrão corporal e saúde mental das mulheres
-  Live - Mercado de trabalho, educação remota e saúde mental das mulheres/mães
-  Live - Micro machismos: os impactos na saúde mental das mulheres
-  Encontro virtual: Cine comentado - Mulheres Negras, Latinas e Caribenhas
-  Live “Viveremos! Saúde da mulher negra em tempos de pandemia”
-  Aborto: direitos, políticas para mulheres e o papel da Psicologia
-  CFP defende descriminalização e legalização do aborto no Brasil
-  Congresso - Interrupção voluntária da gravidez, direitos humanos, saúde pública e psicologia

-  Live - Descriminalização do aborto: Psicologia e defesa dos direitos reprodutivos das mulheres
-  Psicologia em Foco - Abortos e reflexos sociais. Part. I
-  Psicologia em Foco - Abortos e reflexos sociais. Part. II
-  Psicologia em Foco - Abortos e reflexos sociais. Part. III
-  Psicologia em Foco - Abortos e reflexos sociais. Part. IV

### 4.3 Psicologia e o público LGBTQIA+

-  Resolução CFP 08/2022
-  Resolução CFP 01/1999
-  Resolução CFP 01/2018
-  Psicologia e Diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos
-  Encontro virtual: A importância da atuação da Psicologia na saúde mental da população LGBT
-  Live: Reflexões sobre a saúde mental da população LGBTI em tempos de pandemia
-  Mesa “LGBTfobia no Esporte”
-  Mesa: As questões de gênero e o atravessamento com a religião e a espiritualidade
-  Encontro virtual - Saúde da população trans: referências de atendimento em Minas Gerais

-  [Psicologia em Foco - Lesbo-homo-transfobia e a luta por direitos](#)
-  [24/4 Mesa “Diversidade, gênero e questões étnico-raciais no esporte”](#)
-  [Orgulho e Diversidade: CFP lança nota técnica sobre cuidado à população LGBTI+](#)
-  [Cássio Guilherme convida para o Diálogo Digital #OrgulhoLGBT](#)
-  [Clovis Arantes da ABGLT convida para o Diálogo Digital sobre #OrgulhoLGBT](#)
-  [Debate - Saúde Mental da população trans](#)
-  [Racismo e Lgbtfobia - Ematuir Teles](#)
-  [Psicologia em Foco - Lesbo-homo-transfobia e a luta por direitos](#)

#### 4.4 Psicologia e criança e adolescente

-  [Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8. 069 de 13 de julho de 1990](#)
-  [Adolescência e Psicologia. Concepções, práticas e reflexões críticas](#)
-  [Estatuto da Criança e do Adolescente: Refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades](#)
-  [Caderno de artigos ECA 30 anos](#)
-  [Nordeste criança: Olhares das infâncias](#)
-  [Ver TV - 18 de maio - Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes \(2012\) \[P. 01\]](#)
-  [Ver TV - 18 de maio - Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes \(2012\) \[P. 02\]](#)

-  Ver TV - 18 de maio - Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (2012) [P. 03]
-  A Rede de Garantias de Direitos das Crianças e Adolescentes
-  “25 anos do ECA: Refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades” (2015)
-  Seminário “25 anos do ECA: Refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades” parte 2
-  Seminário “25 anos do ECA: Refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades” parte 3
-  Seminário “25 anos do ECA: Refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades” parte 4
-  Seminário “25 anos do ECA: Refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades” parte 5
-  Seminário “25 anos do ECA: Refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades” parte 6
-  Seminário “25 anos do ECA: Refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades” parte 7
-  Seminário “25 anos do ECA: Refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades” parte 8
-  Seminário Nacional - Atuação dos psicólogos junto a adolescentes privados de liberdade
-  Ao Vivo Diálogo Digital: Implementação da Lei 13.431/2017
-  AO VIVO Alienação parental será tema de Diálogo Digital do CFP
-  AO VIVO Diálogo Digital sobre direito de crianças e adolescentes

-  [Live: Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em tempos de pandemia](#)
-  [Saúde Mental das Crianças](#)
-  [Ato Virtual: 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente](#)
-  [Live: Manicomialização da Juventude](#)
-  [XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Abertura](#)
-  [Lançamento: Olhares das Infâncias sobre a Pandemia](#)
-  [Relatório sobre as inspeções às unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei](#)
-  [Contribuição da Psicologia para o fim da publicidade dirigida à criança](#)
-  [Debatendo sobre alienação parental: diferentes perspectivas](#)
-  [Psicologia em Foco “Aspectos psicológicos da adoção tardia” I](#)
-  [Psicologia em Foco “Aspectos psicológicos da adoção tardia” II](#)
-  [Psicologia em Foco “Aspectos psicológicos da adoção tardia” III](#)
-  [Psicologia em Foco “Aspectos psicológicos da adoção tardia” IV](#)
-  [Processo de adoção e alterações no ECA \(2017\) - Part. 1](#)
-  [Processo de adoção e alterações no ECA \(2017\) - Part. 2](#)
-  [Processo de adoção e alterações no ECA \(2017\) - Part. 3](#)
-  [Processo de adoção e alterações no ECA \(2017\) - Part. 4](#)
-  [Processo de adoção e alterações no ECA \(2017\) - Part. 5](#)

-  [Psicologia em Foco - Implicação do Criança Feliz na Assistência Social \(2017\) - Part. 1](#)
-  [Psicologia em Foco - Implicação do Criança Feliz na Assistência Social \(2017\) - Part. 2](#)
-  [Psicologia em Foco - Implicação do Criança Feliz na Assistência Social \(2017\) - Part. 3](#)
-  [Seminário “25 anos do ECA: Refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades” parte 2](#)
-  [A Proteção Integral da Criança e do Adolescente - Marco Legal](#)
-  [Seminário “25 anos do ECA: Refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades” parte 3](#)
-  [A atuação de psicólogas \(os\) na Rede de Proteção a Crianças e Adolescentes em Situação de Violência](#)
-  [Live - ECA 30 anos: avanços e desafios](#)
-  [Live - ECA e Medidas Socioeducativas: desafios e perspectivas](#)
-  [Live - Psicologia e Direito de Família: 30 anos do ECA](#)
-  [Live: Infância, adolescência e suicídio](#)
-  [Live: Infâncias e racismos](#)
-  [Mesa “Crianças, adolescentes e juventudes: pobreza e a questão étnico-racial”](#)
-  [Live - Os impactos do ensino remoto na saúde mental de crianças e adolescentes](#)

-  Os desafios da política de AS na prevenção e no combate à violência contra crianças e adolescentes
-  14h | Mesa: Atravessamentos da violência contra crianças e adolescentes no contexto educativo
-  A rede de atendimento à saúde integral de crianças e adolescentes na proteção contra a violência
-  ECA: trabalho infantil x trabalho protegido de adolescentes

#### 4.5 Psicologia e questões de gênero e raça

-  Resolução CFP 18/2002 que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial
-  APAF publica nota sobre racismo no vocabulário brasileiro
-  Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os)
-  Jornal do Federal 99 – dezembro 2010
-  O genocídio da juventude negra no Brasil
-  Diversidade e Relações Étnico-Raciais na Escola
-  Racismo - o que a Psicologia tem a ver com isso?
-  AO VIVO Seminário sobre Racismo
-  Psicologia e antirracismo na marcha pela vida
-  Lançamento: Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua?
-  Saúde Mental da População Negra: um olhar para uma Psicologia Antirracista

-  Encontro Virtual: Resistir é arte: escutando subjetividades negras
-  Programa Diversidade - 80 Responsabilidade Social - Juventude
-  AO VIVO Seminário sobre Racismo
-  BRASIL. Lei 12.228 de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Presidência da República, 2010
-  BRASIL. LEI Nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social. Brasília, DF: Presidência da República, 1991
-  GRANDA, Alana. Pesquisa do IBGE mostra enfraquecimento do mercado de trabalho em 2020. Agência Brasil – Rio de Janeiro. Publicado em 03/12/2021
-  CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS. Folder Ações Afirmativas
-  CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS. Folder Racismo Institucional.
-  Psicologia em Foco “Erotização da mulher negra” Parte I
-  Psicologia em Foco “Erotização da mulher negra” Parte II
-  Psicologia em Foco “Erotização da mulher negra” Parte III
-  Psicologia em Foco “Erotização da mulher negra” Parte IV
-  Psicologia em Foco - Relações Étnico-Raciais Part. 1
-  Psicologia em Foco - Relações Étnico-Raciais Part. 2
-  Psicologia em Foco - Relações Étnico-Raciais Part. 3
-  Psicologia em Foco - Relações Étnico-Raciais Part. 4

-  [Psicologia em Foco - Relações Étnico-Raciais Part. 5](#)
-  [Live - Juventudes negras: diálogos da Psicologia](#)
-  [Encontro Virtual - Mulheres Negras e suas realizações: recortes para a Psicologia](#)
-  [Encontro virtual - Juventudes, gênero e raça: atuações possíveis da psicologia](#)
-  [Encontro Virtual - Quando a sua prática anula subjetividades? Psicologia e Racismo](#)
-  [Live: Infâncias e racismos](#)
-  [Encontro virtual: Psicologia e a atuação antirracista: reflexões sobre gênero, raça e classe](#)
-  [Live - A importância do afeto na luta antirracista](#)
-  [Encontro Virtual: Resistir é arte: escutando subjetividades negras](#)
-  [Live: O enfrentamento ao racismo a partir de diferentes abordagens psicológicas](#)
-  [Live: Desafios da educação antirracista da formação em Psicologia](#)
-  [Live - 'A carne mais barata do mercado é a carne negra': uma discussão sobre ser negro no século XXI](#)
-  [Encontro virtual: Cine comentado - Mulheres Negras, Latinas e Caribenhas](#)
-  [Live "Viveremos! Saúde da mulher negra em tempos de pandemia"](#)
-  [Live "A importância da luta antirracista para as subjetividades – uma perspectiva multidisciplinar"](#)

#### 4.6 Psicologia saúde mental, álcool e outras drogas

-  Referências Técnicas para atuação de psicólogos (os) em políticas públicas de álcool e outras drogas
-  Drogas e Cidadania: em debate
-  Subjetividade do consumo de álcool e outras drogas e as políticas públicas brasileiras
-  Práticas emergentes e inovadoras de psicólogos (as) no campo das políticas públicas de centros de atenção psicossocial - álcool e drogas
-  Revista Diálogos – nº 06
-  Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas – 2ª Edição
-  CFP - Álcool e outras drogas (por volta de 2011)
-  Série: Drogas e Cidadania (2012) - Episódio 01
-  Série: Drogas e Cidadania (2012) - Episódio 02
-  Série: Drogas e Cidadania (2012) - Episódio 03
-  Série: Drogas e Cidadania (2012) - Episódio 04
-  Série: Drogas e Cidadania (2012) - Episódio 05
-  Série: Drogas e Cidadania (2012) - Episódio 06
-  DebateOnlineCFP - Cidadania e Dignidade na Política Nacional sobre Drogas (2012)

-  Debate Online - Lançamento do Documento de Políticas Públicas sobre Álcool e outras Drogas
-  Os danos da política proibicionista antidrogas e os reflexos manicomiais (2015)
-  Antiproibicionismo: por que precisamos mudar as políticas sobre drogas no Brasil e no mundo
-  Ao Vivo Diálogo Digital debate retrocessos na Política de Drogas
-  Lugar de Fala: Racismo, Proibicionismo e Punitivismo
-  CFP debate drogas, tortura e conservadorismo nas comunidades terapêuticas
-  Primavera da Saúde - Drogas
-  Drogas e Cidadania - Episódio 01
-  Drogas e Cidadania - Episódio 02
-  Drogas e Cidadania - Episódio 03
-  #Ao Vivo Diálogo Digital debate retrocessos na Política de Drogas
-  Drogas e Cidadania - Episódio 6 Gentrificação: Cidades Segregadas
-  XIV Conpe - Mesa Redonda - A Educação como Direito Humano

#### 4.7 Psicologia e ISTs

-  Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) nos programas de DST e AIDS
-  Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) nos Programas e Serviços de IST/HIV/aids

-  Diálogo Digital - A Psicologia em proteção e pelo respeito às pessoas com HIV
-  Live: Referências Técnicas para Atuação da categoria em Programas e Serviços de IST/HIV/aids
-  O acolhimento de PVHA pautado nos direitos humanos

#### 4.8 Psicologia e questões relativas à terra

-  Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) em questões relativas a terra
-  I Encontro Nacional Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos
-  Congresso - Atuação da Psicologia nos Direitos Humanos para os Povos Indígenas
-  Lançamento do Documento de Referências Técnicas em Questões Relativas à Terra
-  CFP - Seminário Nacional - A questão da terra: Desafios para psicologia 1 de 5
-  CFP - Seminário Nacional - A questão da terra: Desafios para psicologia 2 de 5
-  CFP - Seminário Nacional - A questão da terra: Desafios para psicologia 3 de 5
-  CFP - Seminário Nacional - A questão da terra: Desafios para psicologia 4 de 5
-  CFP - Seminário Nacional - A questão da terra: Desafios para psicologia 5 de 5
-  CRP06 - Programa Diversidade - 63 Terra -
-  Lançamento Povos Tradicionais
-  Live: Impactos da pandemia para a população indígena

 Live especial: Povos Indígenas

## 4.9 Psicologia e diversidade religiosa

 Psicologia e Diversidade - Estado Laico e Liberdade Religiosa

 Laicidade e Psicologia

 Tolerância e laicidade

 Atuação da Psicologia no Contexto do Estado Laico

 GT 1 | Sala 1: Psicologia e laicidade

 14h | Mesa: Psicologia: Uma ciência laica num mundo religioso

 19h | Conferência: A espiritualidade como conceito para a Psicologia

 GT 6 | Sala 2: Psicologia e espiritualidade

 14h | Mesa: Psicologia: Uma ciência laica num mundo religioso

 9h | Mesa: O desafio da Psicologia frente aos povos tradicionais

 Mesa de abertura – I Congresso CLEROT

 14h | Conferência: A ética psicológica frente à realidade religiosa do mundo contemporâneo

 16h | Mesa: A liberdade e os Direitos Humanos: o que a Psicologia tem a ver com isso?

 GT 6 | Sala 1: Psicologia e Espiritualidade

 GT 3 | Sala 1: Psicologia, espiritualidade e ensino: o saber contra a intolerância

-  19h | Conferência: Uma nova Psicologia para um novo mundo: o dinâmico fazer de uma ciência essencial
-  “A dimensão espiritual e os impactos na saúde mental da (o) professora (or) em tempos de Pandemia”
-  GT 4 | Sala 1: Psicologia e outras tradições
-  GT 1 | Sala 1: Psicologia e laicidade
-  GT4 | Sala 2: Psicologia e outras tradições

#### 4.10 Psicologia nas emergências e desastres

-  Referências Técnicas para atuação das psicólogas (os) na gestão integral de riscos emergenciais e desastres
-  A prática psicológica na pandemia
-  Cartilhas disponibilizadas pelo FioCruz
-  Encontro virtual - A atuação em Emergências no contexto da pandemia e os desafios para a formação
-  Live “Psicologia e a gestão integral de riscos, emergências e desastres”
-  Mesa “Direitos Humanos, Emergências e Desastres”
-  Abertura das oficinas “Orientação em Situação de Emergência e Desastres”
-  Encontro Virtual: Estratégias para lidar com o sofrimento imposto pelo rompimento de barragens
-  Diálogo Digital - Psicologia, Assistência Social e Situações de Calamidades e Emergências

-  [Psicologia em Foco - “Psicologia frente ao desastre: o drama de uma realidade” - PARTE I](#)
-  [Psicologia em Foco - “Psicologia frente ao desastre: o drama de uma realidade” - PARTE II](#)
-  [Psicologia em Foco - “Psicologia frente ao desastre: o drama de uma realidade” - PARTE III](#)
-  [Psicologia em Foco - “Psicologia frente ao desastre: o drama de uma realidade” - PARTE IV](#)
-  [Psicologia em Foco - “Psicologia frente ao desastre: o drama de uma realidade” - PARTE V](#)
-  [Gestão Integral dos Riscos de Desastres: da prevenção à recuperação](#)
-  [Psicologia Nas Emergências E Desastres](#)
-  [Diálogo Digital - Atuação da Psicologia - Emergências e Desastres](#)
-  [Programa Diversidade: Emergência e Desastre/Ambiente](#)
-  [Atuação da Psicologia em Emergências e Desastres na América Latina](#)
-  [Webinário - O fazer da Psicologia no SUAS no contexto da pandemia \(SUDESTE\)](#)
-  [Live Especial: Emergências e Desastres](#)
-  [A atuação da Psicologia na gestão integral de riscos e desastres](#)
-  [Psicologia Presente - Brumadinho](#)
-  [Alexis Ruiz - Emergências e Desastres](#)
-  [Denise Muniz de Tarin - Emergências e Desastres](#)

-  I Seminário de Emergências e Desastres (parte 01)
-  I Seminário de Emergências e Desastres (Parte 02)
-  I Seminário de Emergências e Desastres (Parte 03)
-  I Seminário de Emergências e Desastres (Parte 04)
-  I Seminário de Emergências e Desastres (Parte 05)
-  I Seminário de Emergências e Desastres (Parte 06)
-  Live “Dia mundial da(o) refugiada(o): o que a Psicologia tem a ver com isso?”

#### 4.11 Psicologia e a luta antimanicomial e a reforma psiquiátrica

-  Por uma IV Conferência Antimanicomial: contribuições dos usuários
-  O louco infrator e o estigma da periculosidade
-  Inspeções aos manicômios – Relatório Brasil
-  A Instituição Sinistra
-  O crime louco
-  Diálogo Digital - Psicologia e Saúde Mental - cuidado e acesso a direitos
-  Papel da Psicologia no enfrentamento à lógica manicomial
-  Lançamento Relatório de Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas

#### 4.12 Psicologia e prevenção e acolhimento frente ao suicídio

-  Suicídio e os Desafios para a Psicologia

-  Live: Quando setembro acabar
-  Implicações da pandemia da COVID-19 na saúde mental: reflexões sobre a prevenção do suicídio
-  Ciclo de Debates Psicologia e Suicídio - “Suicídio, luto e família” - Parte 1
-  Ciclo de Debates Psicologia e Suicídio - “Suicídio, luto e família” - Parte 2
-  Ciclo de Debates Psicologia e Suicídio - “Suicídio, luto e família” - Parte 3
-  Ciclo de Debates Psicologia e Suicídio - “Suicídio, luto e família” - Parte 4
-  Live: Infância, adolescência e suicídio
-  Prevenção ao Suicídio: desafios para a Psicologia e a saúde pública
-  Debate Online - Suicídio: uma questão de saúde pública e um desafio para a Psicologia clínica
-  Diálogo Digital - Vamos falar sobre suicídio?
-  Uma análise crítica sobre suicídio policial
-  Debate Online - Suicídio: o luto dos sobreviventes
-  A psicologia na prevenção ao suicídio
-  Live CCAP - Pacientes em Final de Vida e Suicídio

# 5

## Outras referências normativas

## 5.1 Sobre publicidade

-  [Contribuição da Psicologia para o fim da publicidade dirigida à criança](#)
-  [Conselho realiza reunião para refletir sobre publicidade profissional](#)
-  [Jornal do Federal 75 – abril 2003](#)
-  [Pelo fim da publicidade dirigida às crianças](#)
-  [Contra a exploração da imagem humana na publicidade](#)
-  [Pelo fim da publicidade de bebidas alcoólicas](#)
-  [Programete de Comunicação - Manipulação nos Meios de Comunicação](#)
-  [Programete de Comunicação - Mídia e Criança](#)
-  [Programete de Comunicação - Mídia e subjetividade](#)
-  [Programete de Comunicação - Importância da Conferência Nacional de Comunicação](#)

## 5.2 Outros temas

-  [Atos oficiais: acesso a todas as Resolução do CFP](#)
-  [Resolução CFP 16/ 2019 que dispõe sobre o registro e cadastro de Pessoas Jurídicas](#)
-  [Código de Processamento Disciplinar](#)
-  [Guia para o exercício do profissional psicólogo](#)
-  [Orientações Específicas](#)
-  [Perguntas frequentes](#)



Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas

## 6. Fale conosco - contatos



Comissões temáticas do CRP/MG



Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais

## Referências

BOCK, Ana Mercês Bahia. **A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social**. São Paulo, 1999. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/3kb7RpBydsW5QmGZxNGTwBQ/#>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, out. 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 17 dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, agosto de 1962. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l4119.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm)>. Acesso em: 17 dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 5.119 de 20 de dezembro de 1971. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, dezembro de 1971. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5766.htm)>. Acesso em: 17 dez. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05. Brasília, DF: CFP, 2005. Disponível em <<https://atosoficiais.com.br/lei/codigo-de-etica-cfp?Origin.=instituição>>. Acesso em: 17 dez. de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 13/2007**. Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. Brasília, DF: CFP, 2007. Disponível em <<https://atosoficiais.com.br/lei/titulo-de-especialista-cfp?origin=instituicao>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 10/2017**. Institui a Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia. Brasília, DF: CFP, 2017. Disponível em <<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-de-fiscalizacao-e-orientacao-n-10-2017-Institui-a-politica-de-orientacao-e-fiscalizacao-do-sistema-conselhos-de-psicologia?Origin=instituicao&q=10/2017>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Exposição 50 Anos da psicologia no Brasil**: A história da psicologia no Brasil. São Paulo: CRP-SP, 2012. Disponível em <<http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/pdf/catalogo50anos.pdf>>. Acesso em: 17 dez. de 2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS. **Psicologia, Ética e Exercício profissional**. Belo Horizonte: CRP-MG, 2019. Disponível em <[https://issuu.com/conselhoregionaldepsicologia/minasg/docs/coe\\_web](https://issuu.com/conselhoregionaldepsicologia/minasg/docs/coe_web)> . Acesso em: 11 fev. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz&Terra, 2021.

LANE, Sílvia. A psicologia social e uma nova concepção de homem para psicologia. In: LANE, S.T.M; CODO, W. (org.). **Psicologia Social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. Nova Iorque: ONU, 1948. Disponível em <<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em: 17 dez. 2021.



CONSELHO  
REGIONAL DE  
PSICOLOGIA  
MINAS GERAIS